

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CAMPO INTEGRADOR PARA AS ÁREAS DE BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA

CIENCIA DE LA INFORMACIÓN COMO CAMPO INTEGRADOR PARA LAS ÁREAS DE BIBLIOTECOLOGÍA, ARQUIVOLOGÍA Y MUSEOLOGÍA

Carlos Alberto Ávila Araújo – casalavila@yahoo.com.br
Doutor em Ciência da Informação.
Docente da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

Resumo

Neste texto são discutidos alguns dos elementos relacionados à integração dos campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia no âmbito da Ciência da Informação. Para tanto, realiza-se um histórico destes campos buscando-se identificar elementos comuns que podem ser integrados (e potencializados a partir dessa integração) e especificidades que devem ser mantidas como parte específica do corpo de conhecimentos de cada uma delas.

Palavras-chave

Ciência da Informação. Biblioteconomia. Arquivologia. Museologia.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos três anos, tem havido um imenso crescimento na oferta de cursos de graduação em todo o país. Tal crescimento relaciona-se principalmente com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), promovido pelo governo federal, e deu-se no âmbito das universidades federais. Com isso, diversas áreas do conhecimento que possuíam pouco ou nenhum espaço acadêmico institucional viram-se diante da oportunidade de se firmar e/ou expandir. Entre as diversas áreas incluídas neste caso, encontram-se a Arquivologia e a Museologia, que apresenta, no momento atual, um

aumento no número de cursos de graduação sem precedentes na história destas duas áreas.

No caso da Arquivologia, o espaço acadêmico começa a se institucionalizar na década de 1970, com a criação de três cursos superiores, ocorrendo a abertura de outros cinco na década de 1990. Já no caso da Museologia, a institucionalização era ainda menor, existindo apenas um curso na década de 1970 e sendo criados apenas cinco nas décadas seguintes. Desde 2008, contudo, um ano após a implementação do Reuni, em várias universidades federais brasileiras, e ainda em algumas universidades estaduais que também conheceram programas de expansão, começaram a ser criados cursos de graduação nestas duas áreas. Na totalidade de casos, em relação à Arquivologia, e em alguns casos, em relação à Museologia, tais cursos foram criados em departamentos ou escolas de Ciência da Informação. Nestes locais, normalmente já existiam cursos de graduação em Biblioteconomia.

O que se observa, pois, é que no espaço acadêmico institucional da Ciência da Informação no Brasil, no qual se verificou, durante décadas, a existência isolada de cursos de graduação em Biblioteconomia (com algumas exceções, onde existiam cursos de Arquivologia), passam a conviver três áreas diferentes com cursos de graduação. Alguns desafios apareceram, então, tais como a necessidade de se justificar o pertencimento ou a inserção destas áreas no âmbito do espaço institucional da Ciência da Informação; ou, então, no caso de algumas universidades, até mesmo encontrar conjuntos de conhecimentos comuns às três áreas, para que fosse possível a criação de um tronco comum de disciplinas e atividades acadêmicas.

Na literatura científica, tanto em nível nacional quanto internacional, existem pouquíssimos trabalhos correlacionando as três áreas e, ainda, correlacionando-as à Ciência da Informação. Destacam-se, entre outros, os relatos de experiências e tentativas de integração das três áreas no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio (PINHEIRO, 1998), Universidade de Brasília - UnB (SIMEÃO, 2009), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (OLIVEIRA; ROCHA, 2008) e da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (CENDÓN et al., 2008; ARAÚJO et al., 2010).

O que se percebe, nas propostas destas instituições, é a tentativa de se construir um referencial comum que permita a integração entre esses três cursos, respeitando suas trajetórias e saberes particulares. O que não é tarefa fácil, na medida em que são áreas

com conformações às vezes próximas, outras vezes bastante distintas. No caso da Biblioteconomia, existe uma vasta produção teórica sobre o campo (sobre a atividade profissional do bibliotecário e sobre a instituição biblioteca) e sobre áreas correlatas como a história do livro, da leitura, educação e divulgação científicas. Desde a década de 1960, passa a haver muita produção teórica sobre as relações entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

No caso da Arquivologia, também há uma significativa produção teórica sobre a profissão e a instituição arquivo, mas grande parte das reflexões se deu nos campos da história e da administração. Existem alguns trabalhos correlacionando a Arquivologia e a Ciência da Informação, mas trata-se de uma tendência menor. Há trabalhos estabelecendo relações com a Biblioteconomia, mas, normalmente, mais voltados para a busca de distinções do que de aproximações.

Por fim, a produção teórica sobre Museologia encontra-se ainda mais espalhada, havendo um volume significativamente menor sobre a profissão e a instituição museu tomados em si mesmos em comparação à reflexão sobre arte, história, educação e ciência e suas relações com a instituição e o fazer museológicos. É escassa a literatura que contemple a Museologia e, junto com ela, a Biblioteconomia e a Arquivologia. Quando ela existe, é mais relacionada a discussões sobre memória e patrimônio cultural do que à Ciência da Informação.

O que se conclui do quadro apresentado acima é a existência de um problema concreto (o compartilhamento, por parte da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, de um mesmo espaço institucional) e a escassez de produção científica que possibilite que esse compartilhamento seja harmonioso e produtivo. É possível que os cursos que começaram a existir a partir de 2008 não consigam se estruturar de uma forma integrada tanto entre si quanto com a realidade já existente (os cursos de graduação em Biblioteconomia). Neste caso, pode-se ter como resultado a criação de troncos de disciplinas que unifiquem artificialmente os campos ou, então, ter-se, no espaço dos departamentos e escolas de Ciência da Informação, a existência de cursos autônomos com pouca ou nenhuma interação entre si. Ao mesmo tempo, a criação de uma base de conhecimentos (conceitos, teorias, métodos) comuns às três áreas ainda está por ser feita e, para essa tarefa, é essencial que a produção teórica nas três áreas seja consultada, comparada e referenciada.

Esse é um dos desafios mais concretos vividos pela área de Ciência da Informação no Brasil. Em outros momentos históricos, outros desafios surgiram, tais como a necessidade de definição de sua relação com a Biblioteconomia; a busca de institucionalização por meio de cursos de pós-graduação, periódicos e associações científicas; a adequação de métodos e técnicas de tratamento da informação aos novos recursos tecnológicos, entre outros. Nesse momento, a área encontra-se diante de um imenso desafio: ser capaz de dialogar, acolher e ao mesmo tempo dar sustentação à Arquivologia e à Museologia enquanto campos científicos do conhecimento. O momento é crítico, pois pode acontecer de tal diálogo e inserção não ocorrer, e estas áreas se constituírem autonomamente no campo da Ciência da Informação, apenas esperando um momento de maior amadurecimento para sair do campo e se constituírem como campos próprios. Por outro lado, pode ser que a Ciência da Informação dê conta de assimilar as especificidades da Arquivologia e da Museologia e, ao mesmo tempo, fornecer-lhes conceitos, teorias e metodologias que permitam a elas progredirem cientificamente, tal como ocorreu com a Biblioteconomia. Ou seja, o momento atual é de risco (de selar definitivamente as possibilidades de diálogo e integração) mas, também, de oportunidade, de potencialidade da construção de uma Ciência da Informação mais ampla, mais representativa, contemplando diferentes fazeres e diferentes instituições de informação e se beneficiando da experiência milenar das técnicas e reflexões desenvolvidas nestas disciplinas.

É no espaço desta condição singular vivida pelo campo, do risco e da oportunidade, que se insere a discussão deste texto. O objetivo é apresentar alguns elementos que podem ser levados em consideração nas tentativas contemporâneas de integração dos três campos, ao mesmo tempo potencializando-os pela união e respeitando suas especificidades e diferenças, que também devem ter espaço para se manifestar e desenvolver.

2 BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA: A HISTÓRIA DE TRÊS ÁREAS

Bibliotecas, arquivos e museus são instituições cuja origem se confunde com a própria idéia de cultura. Desde as sociedades da Antiguidade, existe a preocupação com a preservação e transmissão das experiências e conhecimentos acumulados, implicando algum tipo de inscrição material destas experiências e conhecimentos. A origem das bibliotecas e arquivos é comumente relacionada à origem da passagem da oralidade para

a escrita; a dos museus, associada ao colecionismo que marcou as grandes civilizações da Antiguidade.

A existência destas instituições levou à criação de uma série de procedimentos e métodos, surgidos diretamente da necessidade de se lidar com os acervos destas instituições. Tais procedimentos possuíam caráter eminentemente prático (a resolução de problemas concretos relativos à manutenção e atividade destas instituições), mas a experiência acumulada das técnicas utilizadas ao longo do tempo tendeu a se consolidar como a base das futuras disciplinas científicas. É importante destacar que “durante a Idade Antiga e a Idade Média, museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos” (ORTEGA, 2004, p. 3). Contudo, o conjunto de técnicas e mesmo o conjunto de questões envolvidas em cada uma delas apresentou, desde o início, pontos de contato mas, também, especificidades próprias.

Assim, desde o seu início, os saberes biblioteconômicos, arquivísticos e museológicos estiveram voltados para alguma reflexão sobre questões como a administração das instituições, a preservação do acervo, a utilização de algum critério de organização – reflexão voltada para necessidades concretas relacionadas ao trabalho a ser desempenhado. Ao mesmo tempo, é possível verificar certos saberes mais específicos. No caso da Biblioteconomia, a relação entre biblioteca e práticas de leitura, história do livro, papel da biblioteca na educação e na divulgação do conhecimento (FONSECA, 2007; LITTON, 1975). No caso da Arquivologia, as relações entre os arquivos e a administração pública das cidades, a comprovação de atos jurídicos e, também, a dimensão histórica das sociedades (LOPES, 2000; SILVA et al., 1998). No caso da Museologia, desde o início verifica-se sua relação com a preservação e a exposição de coleções de obras de arte (ou mesmo de objetos do mundo natural) e, ainda, uma dimensão relacionada à preservação do patrimônio histórico, de um lado, e, de outro, o aspecto educacional da instituição museu (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998; JULIÃO, 2006).

As primeiras produções mais sistematizadas destes três campos, mas que ainda não possuem fundamentos científicos rigorosos, surgem exatamente no período de transição da Idade Média para a Modernidade. São elas: *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé, publicada em 1627, que marca a “transição da biblioteconomia empírica para a moderna prática bibliotecária” (FONSECA, 1979, p. 11); *De re diplomática*, de Dom Jean Mabillon, publicada em 1681, que contém “os primeiros

elementos da doutrina arquivística” (FONSECA, 2005, p. 31); e *Museographia*, de Gaspar Neickel, de 1727, com conselhos e normas sobre a exposição dos objetos em museus, a maneira de conservá-los e seu estudo (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 23).

Após a Revolução Francesa, as bibliotecas, arquivos e museus se institucionalizam conforme os parâmetros da modernidade. As bibliotecas inserem-se numa lógica liberal, que privilegia o direito à liberdade e à individualidade (MOSTAFA, 1985, p. 29), sendo um dos marcos a fundação, em 1800, da *Library of Congress*. Na França, é criado em 1790 o primeiro arquivo nacional do mundo, vindo, logo a seguir, “a constituição de depósitos centrais de arquivos em vários lugares da Europa” (FONSECA, 2005, p. 32), movimento por meio do qual os arquivos se inserem nos projetos de construção das identidades nacionais. Já os museus assistem a um movimento que converterá em museus públicos as grandes coleções das monarquias, sendo o marco desse movimento a criação, em 1793, do Museu do Louvre, que se torna referência obrigatória para a criação dos museus nacionais europeus (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 26). Junto à idéia de civismo e de legitimação dos Estados Nacionais, surge uma “ambição pedagógica” (JULIÃO, 2006, p. 21) relacionada com a instrução dos cidadãos de cada país.

A partir de então, a produção de conhecimentos teóricos no âmbito destas três áreas passa a se inserir no espírito da modernidade e na lógica positivista. Na Biblioteconomia, o século XIX assiste à consolidação de teorias e regras de catalogação (como as de Panizzi, de 1841, e de Jewett, de 1852) e dos sistemas de classificação bibliográfica (sendo a mais importante delas a de Dewey, de 1878, e também outras como as de Bliss, Brown, Cutter). Trata-se da vertente “cientificista” (MOSTAFA, 1985, p. 5), voltada para a melhoria dos métodos biblioteconômicos – essencialmente dos métodos de organização da informação para torná-la disponível. Buscam-se métodos científicos e rigorosos para a efetivação dos processos de indexação e classificação (PIEIDADE, 1977). De acordo com essa vertente, a Biblioteconomia consiste num “conjunto sistemático de conhecimentos relativos ao livro e à biblioteca” (BUONOCORE, 1952, p. 3), englobando desde a história do livro, da produção editorial e dos vários tipos de fontes de informação aos conhecimentos relacionados à biblioteca, divididos em dois grandes grupos: os conhecimentos administrativos (relacionados ao espaço físico, administração de pessoal, de recursos, etc, da biblioteca) e os de organização (aquisição e desenvolvimento de coleções, catalogação, organização nas estantes). Um dos momentos mais decisivos de consolidação tanto da reflexão sobre os princípios de classificação quanto da dinâmica da biblioteca se encontra na obra de Ranganathan,

publicada entre as décadas de 1930 e 1960. De outro lado, a Biblioteconomia vê se consolidarem teorias sobre o papel social das bibliotecas, como uma “necessidade real da civilização” (MOSTAFA, 1985, p. 39) – que constituem a vertente “humanista” (Ibidem, p. 5), voltada para os fins da atividade biblioteconômica, e que tem em Butler seu marco, com *Introduction to library science* de 1933 e continuadores como Nitecki, Shera, Egan e outros. Nas décadas seguintes, a Biblioteconomia passou a se identificar fortemente com as questões relacionadas à produção e comunicação do conhecimento científico e, desde então, iniciou um frutífero diálogo com a Ciência da Informação, vindo a se misturar a esta de uma maneira já indistinguível ao longo dos anos seguintes (DIAS, 2000; OLIVEIRA, 2005). Ao mesmo tempo, enquanto Biblioteconomia, manteve-se, por um lado, voltada para o estudo da biblioteca como um sistema de informação (dotada de procedimentos e funcionalidades específicas) e, por outro, como instituição social e educativa (RENDÓN ROJAS, 2005a).

A Arquivologia desenvolve-se inicialmente numa perspectiva historicista, definida como “tradicional”, voltada para os arquivos definitivos e de inspiração francesa, italiana e espanhola (LOPES, 2000, p. 113). São marcos desta abordagem a formalização do conceito de fundo (o princípio do respeito aos fundos, de Natalis de Wailly, de 1841) e o *Handeigling voor het ordenen em beschrijven van Archieven* (conhecido como o “Manual dos holandeses”), de 1898. Seguem-se outros manuais, como os de Jenkinson, publicado em 1922, e o de Casanova, publicado em 1928. Este modelo “privilegia a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica” (SILVA, 2008, p. 1) e tem como princípio a idéia de que os documentos de arquivo “têm duas qualidades, a imparcialidade e a autenticidade, as quais levam ao conhecimento da verdade” (SILVA et al., 1998, p. 126). Surge, em meados do século XX, uma outra perspectiva, a “gestão de documentos”, surgida nos Estados Unidos e voltada para o tratamento dos arquivos administrativos (LOPES, 2000, p. 113). O marco desta corrente é a obra de Schellenberg (1973), com sua ênfase no valor primário dos documentos. Com a ascensão desta visão, a Arquivologia passa a conviver com duas tendências dicotômicas, sendo essa cisão superada apenas na década de 1980, com os trabalhos de autores como Couture, Gagnon-Arguin e Rousseau, ligados à Universidade de Montreal, que propõem “a integração da gestão de documentos e da arquivística histórica” de forma a se ter uma “ciência que engloba todo o ciclo de vida dos documentos” (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 17). O artigo inaugural desta corrente, de Ducharme e Rousseau, publicado em 1980, defende exatamente uma concepção integrada, o arquivo como um sistema de

informação, numa visão sistêmica do fluxo documental (SILVA et al., 1998, p. 155). Outra tendência contemporânea na Arquivologia é a visão “pós-moderna” defendida por Thomassen, Taylor e Cook, entre outros, que entendem que o objeto deve deslocar-se do arquivo para a informação arquivística, num movimento em que a Arquivologia, diante das novas tecnologias da informação e da comunicação e das conseqüências decorrentes de seu uso, passaria a se inserir num paradigma pós-custodial (FONSECA, 2005, p. 60).

Já as reflexões sobre o museu começam no século XIX voltadas para as regras de exposição dos acervos propostas por, entre outros, Goethe, em 1821, Ruskin, em 1853, e Bode, em 1903 (FERNÁNDEZ, 1993, p. 18). Logo depois, surgem várias reflexões no campo da arte, havendo aqueles tidos como “defensores” do museu como novo âmbito da arte (como Proust e Malraux, inspirados em Leibniz, Kant e Hegel) e os “detratores” da instituição, que vêem o museu como o fim da arte, entre os quais destacam-se Quincy, Nietzsche, Valéry, Merleau-Ponty e Adorno (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 67). Desenvolve-se também uma perspectiva historiográfica nos museus, entendidos como “espaços propícios à pesquisa histórica” (JULIÃO, 2006, p. 95), em que os objetos museológicos são tidos como documentos da cultura material, numa linha inaugurada por Le Goff. Nesta perspectiva, a associação entre museu e patrimônio é uma constante, articulando ainda os saberes relacionados com a investigação e a conservação (RIVIÈRE, 1993). Paralelamente a estes dois campos de reflexão, entre 1926 e 1946, a Sociedade das Nações publicou a revista *Mouseion* e dois volumes de *Museographie*. E, em 1947, já com o patrocínio da Unesco, foi criado o ICOM, o Comitê Internacional de Museus, que realizou sua primeira reunião em Paris e iniciou a publicação da revista trimestral *Museum*. Estes dois suportes institucionais foram decisivos impulsionadores da teoria museológica no século XX e que cristalizam “as primeiras definições oficiais de museu” (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 69). Mas o grande movimento teórico da Museologia verifica-se na segunda metade do século XX, com a “nova museologia” (FERNANDÉZ, p. 24), proposta por, entre outros, Rivière e Varine (França, criadores do conceito de “ecomuseus”), Gabus (Suíça) e Cameron (Canadá). Tal movimento se institucionaliza por meio da mesa redonda promovida pela Unesco no Chile em 1972 (que começa a discutir a idéia do “museu integral”); da criação do ICOFOM, o Comitê de Museologia do ICOM, em 1977; do I Encontro de Ecomuseus, em Québec, em 1984; e da criação do Minom, o Movimento por uma Nova Museologia, liderado por Pierre Mayrand a partir de um encontro em Lisboa, em 1985. O princípio básico da Nova Museologia é de sair de uma concepção de uma ciência do museu para uma concepção de que tudo pode

ser musealizável, isto é, deixar de entender o museu como um fim em si mesmo e entendê-lo como uma das formas possíveis da relação homem/sociedade (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1998, p. 72). Na esteira dos movimentos de descolonização da África, do movimento negro, da descrença nas instituições educacionais e da busca pelos direitos das minorias, os museus deixam de lado a idéia de uma cultura das elites e de fatos excepcionais da história em favor de uma visão das questões da vida cotidiana, concebendo um museu voltado para o público e com função “crítica e transformadora da sociedade” (JULIÃO, 2006, p. 27). Por trás do conceito de “ecomuseu” está a concepção de “valorização das pessoas, dos territórios e do patrimônio cultural”, além da busca pela pluralidade estabelecendo pontes entre culturas (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2006, p. 15).

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: POTENCIALIDADES DE UMA CIÊNCIA “JOVEM”

É comum na literatura identificar-se o início da Ciência da Informação com a Conferência Internacional sobre Informação Científica, ocorrida em 1958, e com as conferências ocorridas no *Georgia Institute of Technology* em 1961 e 1962, momentos em que, pela primeira vez, a expressão “ciência da informação” foi utilizada para denominar eventos científicos (ROBREDO, 2003). Em termos institucionais, contudo, é comum fazer a referência aos primórdios da Ciência da Informação na Documentação, área surgida com as ações e propostas de Otlet e La Fontaine ainda no final do século XIX. Entre essas ações destacam-se a realização da I Conferência Internacional de Bibliografia, em 1895; a criação do Instituto Internacional de Bibliografia no mesmo ano (que passará a se chamar Federação Internacional de Documentação em 1935); a criação da Classificação Decimal Universal e a idéia do Repertório Bibliográfico Universal. Sobretudo nos trabalhos de Otlet, destaca-se o conceito de “documento”, significando mais do que apenas o suporte da informação (no caso, o livro) mas o próprio conteúdo. A Documentação, como área científica e de atuação, se desenvolve consolidando importantes espaços de institucionalização (eventos, associações). Paralelamente, deve-se destacar a importância, cada vez maior, desde o século XIX, dos periódicos científicos, e a necessidade de estudos mais sistemáticos sobre a forma de organizá-los. Tal tarefa começou a ser feita no âmbito da Bibliografia e, nos Estados Unidos, em 1908, um grupo de bibliotecários abandona a *American Library Association* (ALA) para fundar a *Special Libraries Association* (SLA). Essa associação, em 1937, muda sua denominação para *American Documentation Institute* (ADI), constituindo o braço norte-americano da Documentação. E, em 1968, a ADI muda seu nome para *American Society for Information*

Science (Asis, atual Asist) – portanto, poucos anos após os citados congressos – criando a primeira associação científica da área de Ciência da Informação (ORTEGA, 2004).

Em termos teóricos, deve-se destacar que as obras *As we may thing*, de Vannevar Bush (1945), *Cybernetics or control and communication in the animal and machine*, de Norbert Wiener (1948) e *The mathematical theory of communication*, de Claude Shannon e Warren Weaver (1949), marcam o prenúncio do que viria a ser a Ciência da Informação (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995), constituindo, por um lado, um conceito “científico” de informação e, ao mesmo tempo, associando a área definitivamente ao desenvolvimento das tecnologias de tratamento automático da informação. Em 1968 é publicado o clássico artigo de Borko, intitulado *Information Science: what is it?*, apresentando uma definição exaustivamente repetida do que viria a ser a nova área.

Entre as principais características do novo campo estão sua natureza interdisciplinar (SARACEVIC, 1996; GOMES, 2001), o fato de ela receber das ciências sociais seu traço identificador (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000; FROHMANN, 2008) e mesmo sua constituição como uma ciência pós-moderna (CARDOSO, 1996; WERSIG, 1993). Ao longo das décadas seguintes, a Ciência da Informação desenvolveu-se por meio de diferentes subáreas de pesquisa relacionadas a diversos “programas de pesquisa”, a saber: os fluxos da informação científica, a recuperação da informação, a bibliometria, os estudos de usuários, as políticas de informação, a gestão do conhecimento, as possibilidades trazidas com o hipertexto e a interconectividade digital (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000).

Ao longo deste período, as diferentes teorias e subáreas acabaram por consolidar três amplos modelos de estudo do fenômeno informacional, identificados por CAPURRO (2003) como os três “paradigmas” da Ciência da Informação: o físico (que privilegia a idéia de informação como “coisa” a ser transferida de um ponto a outro), o cognitivo (inspirado na filosofia de Popper e que enfatiza a informação como elemento alterador dos modelos mentais dos usuários) e o social (que atua na perspectiva de se entender a informação por parte de comunidades de usuários, resgatando a idéia de intersubjetividade para o entendimento da informação).

Os estudos contemporâneos têm tentado abrigar contribuições de resultados de pesquisas efetuadas no escopo dos três paradigmas, enfatizando sua dimensão sócio-cultural, destacando o caráter construído da informação, sua definição e apropriação por comunidades discursivas (dimensão de intersubjetividade) e seu potencial simbólico de

produção e geração de significados. É no esteio das abordagens contemporâneas tais como a abordagem hermenêutica de Capurro (2003), dos estudos em “análise de domínio” (HJORLAND, 2002), do “paradigma pós-custodial” (SILVA, 2006), da perspectiva crítica e cultural da informação (FROHMANN, 2008) e da perspectiva realista-dialética da informação (RENDÓN ROJAS, 2005b) que se constrói uma Ciência da Informação capaz de agregar e integrar os três campos, respeitando suas especificidades mas, ao mesmo tempo, fornecendo-lhes instrumental para a compreensão da informação para além das instituições em que é processada, além de seu caráter material e além do recorte específico promovido pelos saberes profissionalizantes.

4 PONTOS DE CONTATO E POSSIBILIDADES APROXIMATIVAS

Na história destas áreas, há diversos pontos de contato. Um bom exemplo é a primeira iniciativa de formação profissional de bibliotecários e arquivistas, que se fez em conjunto, numa matriz historicista, no âmbito da *École des Chartes* (RIBEIRO, 2002, p. 420). No século XIX, diversas regras de catalogação foram criadas e eram usadas muitas vezes de formas indistintas por estas instituições (ORTEGA, 2004).

No início do século XX, o movimento de criação de associações profissionais e também associações internacionais parecia ser o da diferenciação das três áreas. Contudo, no âmbito dos organismos internacionais, após a década de 1960, voltou a haver um movimento de integração, pautado, principalmente, pela idéia de equipamentos culturais voltados para o patrimônio e a memória com fins educacionais. Tal movimento, liderado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), se deu sob a égide da definição de políticas de informação (JARDIM, 1995). Em 1974, inclusive, a Unesco iniciou um movimento em favor da harmonização curricular das formações, promovendo colóquios e estimulando a formação de grupos de estudos e elaboração de programas de ensino. Tais esforços culminaram em um programa apresentado em um colóquio realizado na *Library Association*, em Londres, em 1987, com propostas concretas para a harmonização. Contudo, ao que parece, as ações e estudos da Unesco “não surtiram efeitos práticos relevantes” (RIBEIRO, 2002, p. 426).

Para Smit (2002), apesar de diferenciadas institucional e profissionalmente, as três áreas (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia) contribuem de forma complementar para a disponibilização da informação estocada dentro de objetivos comuns. Para ela, existe uma tradição de separação, em que suas semelhanças são sistematicamente ignoradas, originada por um embate entre duas visões: uma calcada nas práticas

profissionais, ancorada no paradigma do acervo, e outra voltada para a função social de instituições que coletam, estocam e disponibilizam informações. Para ela, o isolacionismo constitui um fator de empobrecimento do campo. Contudo, constata a autora, as três áreas não nasceram separadas – elas se afastaram ao longo do tempo. O que as une, na visão da autora, é o fato de serem “ciências documentais”.

Entre os fatores contemporâneos que marcariam a reaproximação entre elas, destacam-se: a utilização cada vez mais acentuada das tecnologias digitais e a mudança da ênfase do acervo para o usuário. Com isso, haveria três fortes pontos de união: a gestão da memória (seleção, coleta, avaliação de documentos); a produção de informação documentária (representação da informação estocada, bases de dados, catálogos, resumos); e a mediação da informação (comunicação das informações, transferência, atendimento das necessidades dos usuários). Conclui a autora: “o estatuto científico da área [Ciência da Informação] somente poderá ser confirmado quando for abandonada a visão pragmática das práticas profissionais e quando se dispuser de teorias e princípios gerais, comuns às três [áreas]” (SMIT, 2002, p. 34).

Em seus estudos sobre a constituição científica das três áreas, Silva (2002) identifica que a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia têm origem, como campos de conhecimento científico, no século XIX, e se constituem, como tais, a partir de um paradigma patrimonialista, caracterizado pela:

- a. visão historicista, empírico-tecnicista, documentalista, empírico-patrimonialista;
- b. sobrevalorização da custódia, guarda, conservação e restauro;
- c) ênfase na memória como fonte legitimadora do Estado-Nação moderno;
- d. distinção formal e profissional das três áreas, mas reconhecendo que todas conservam, preservam, coligem, ordenam, classificam e difundem documentação.

Ele ainda identifica que, ao longo do século XX, tal paradigma deu lugar a outro, em torno da “noção operatória de informação”, impulsionado por, entre outros fatores, as inovações tecnológicas. Nesse movimento, passaram a se constituir como características destes campos:

- a. a valorização da informação;
- b. o dinamismo informacional em oposição ao imobilismo documental;
- c. os modelos teórico/científicos em oposição a um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer.

O autor defende, assim, a idéia de que as três áreas “fazem parte integrante de um corpus científico unificado pelo mesmo objeto” (p. 590) e que esse objeto seria a informação, enquanto fenômeno e enquanto processo. Em seu trabalho mais recente publicado em forma de livro (SILVA, 2006), o autor analisa o conceito de informação em suas várias dimensões justamente para explorar seu potencial articulador de diferentes áreas de conhecimento, ao propor aproximações entre a noção de informação e os conceitos de cultura, documento, conhecimento e comunicação.

Os trabalhos de Silva (2002; 2006) trazem algumas chaves, portanto, para se identificar, na produção teórica dos três campos, a existência de diversos pontos de contato ao longo da segunda metade do século XX. Entre esses pontos de contato, destacam-se: a idéia das tecnologias digitais reconfigurando a própria noção de informação entendida como o conteúdo (separando-a da inscrição física num suporte material); a importância cada vez maior dos usuários e do acesso à informação como um dos principais valores dos serviços bibliotecários, arquivísticos e museológicos; a valorização dos aspectos intangíveis da informação (expressos por conceitos como “conhecimento tácito”, “colégios invisíveis” e “patrimônio imaterial”) e um movimento cada vez maior de ampliação de perspectivas centradas das instituições (a biblioteca, o arquivo, o museu, entendidos como espaços de processamentos técnicos de acervos) para os fluxos, a circulação da informação em diferentes ambientes e suportes (ampliando o objeto de estudo mesmo para realidades ainda não formalizadas ou institucionalizadas). Estas são algumas das questões que podem ser percebidas tanto no âmbito da Biblioteconomia contemporânea (que já dialoga bastante com a Ciência da Informação) como nos movimentos atuais dentro da Arquivologia (as teorias integrativas da Escola de Québec e da “arquivologia pós-moderna”) e da Museologia (com a Nova Museologia e o conceito de ecomuseu).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho para a integração das três áreas no escopo da Ciência da Informação parece estar, em alguns momentos, ainda muito no início e, em outros momentos, parece pautado por muitas dificuldades. Por outro lado, por sua conformação recente, flexível e aberta às novas dinâmicas do conhecimento, a Ciência da Informação mostra-se perfeitamente capaz de encarar essa tarefa e produzir resultados satisfatórios já a médio prazo. É, assim, o estabelecimento de um desafio. Como em todo desafio, existe uma dimensão de risco, proporcionada pelo alto grau de probabilidade de fracasso. Mas é a

existência desse mesmo risco que faz a tarefa ser mais valiosa. A Ciência da Informação tem, pois, diante de si, a possibilidade de se tornar uma ciência mais rica e mais interessante, se conseguir, de fato, superar o desafio que ora se coloca.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. A. et al. O curso de graduação em Museologia da ECI/UFMG: concepção e projeto pedagógico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 282-307, jan./abr. 2010.

BUONOCORE, D. *Elementos de bibliotecología*. Santa Fé: Castellví, 1952.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CARDOSO, A. M. P. Pós-Modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jul. 1996.

CENDÓN, B. et al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 223-240, set./dez. 2008.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

FERNÁNDEZ, L. A. *Museología: introducción a La teoría y práctica del museo*. Madrid: Istmo, 1993.

GOMES, H. Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero*, Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.4, ago. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero* - Revista de Ciência da Informação, v.1, n.6, dez. 2000.

FONSECA, E. N. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

FONSECA, E. N. *Introdução à biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.G. (orgs). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. *Manual de museología*. Madrid: Síntesis, 1998.

HJORLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspectives in Information Science. *JASIS*, New York, NY, v..53, n. 4, p. 257-270, 2002.

JARDIM, J. M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUff, 1995.

_____.; FONSECA, M. O. (Orgs.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EdUff, 1999.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: NASCIMENTO, Silvania et al. (orgs). *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.

LITTON, G. *Arte e ciência da biblioteconomia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

MOSTAFA, S. *Epistemologia da biblioteconomia*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1985 (Tese – Doutorado em Filosofia da Educação).

NASCIMENTO JR., J; CHAGAS, M. Museu e política: apontamentos de uma cartografia. In: In: NASCIMENTO, Silvania et al. (orgs). *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 13-17.

OLIVEIRA, L.D.; ROCHA, R. P. Da fragmentação da informação à integração: o caso dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: FRÍAS, J. A.; CRÍSPULO, T. (Orgs.). *Formación, Investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2008, p. 389-400.

OLIVEIRA, Marlene de (org). *Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.5, n.5, out. 2004.

PIEDADE, M. A. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHEIRO, L. V. *Em busca de um caminho interdisciplinar: proposta de núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998 (Conferência).

_____.; LOUREIRO, J. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr. 1995, p. 42-53.

RENDÓN ROJAS, M. A. *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. México: Unam/Cuib, 2005a.

_____. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago., 2005b.

RIBEIRO, F. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 419-440.

RIVIÈRE, G. H. *La museología*. Madrid: Akal, 1993.

ROBREDO, J. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHELLENBERG, T. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973.

SILVA, A. M. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 573-607.

_____. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.

_____ et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, E. P. A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, 2008.

SIMEÃO, E. Solenidade de criação do curso de museologia da Universidade de Brasília - Antecedente. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <http://www.antonio.miranda.com.br/ciencia_informacao/antecedentes_da_criacao.html>. Acesso em: 18 de março de 2010.

SMIT, J. Arquivologia, biblioteconomia e museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, Nova Série, v. 1, n.2, p. 27-36, fev. 2002.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing & management*, Oxford, v. 29, n. 02, march 1993, p. 229-239.

Title

Information Science as a field integrador for the areas of Library, Archival and Museum Studies

Abstract

In this paper are discussed some elements related to the integration of the fields of Library Science, Archival Science and Museology in Information Science. Therefore, we present a

history of these fields sought to identify common elements that can be integrated and characteristics that should be kept as part of the body of knowledge of each.

Keywords

Information Science; Library Science; Archival Science; Museology.

Título

Ciencia de la Información como campo integrador para las áreas de Bibliotecología, Cuándo las Webs se encuentran: social y semántica - promesa de una visión realizada?

Resumen

La Ciencia de la Información pide definiciones y redefiniciones de métodos que valoren y En este artículo se analizan algunos de los elementos relacionados con la integración de la Bibliotecología, Archivología y Museología en el ámbito de la Ciencia de la Información. Por lo tanto, habrá una historia de estos campos para identificar los elementos comunes que se pueden integrar y las características que debe mantenerse como parte del cuerpo de conocimiento de cada uno.

Palabras Clave

Ciencia de la Información; Bibliotecología; Archivología; Museología.

Recebido em: 20.03.2010

Aceito em: 15.09.2010
